

A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares

The theory of maturation and new family settings

Conceição Aparecida Serralha

Doutora em Psicologia Clínica, professora associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM) e pesquisadora colaboradora (pós-doc) do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp

E-mail: serralhac@hotmail.com

Resumo: A teoria do amadurecimento, construída por Winnicott, aponta a importância da facilitação do ambiente para o desenvolvimento das tendências herdadas do indivíduo. Ao estudarmos a família, no século XXI, vemos que a configuração familiar tradicional, embora ainda dominante, tem se apresentado ao lado de outras configurações – famílias recompostas, famílias ampliadas, famílias homoparentais, famílias monoparentais, entre outras –, em que algumas, mesmo que sempre tenham existido de forma marginal em menor número, têm o prenúncio de um aumento expressivo desse número no futuro. Este texto pretende, assim, discutir os aspectos que essas novas configurações precisam preservar em si, em meio às mudanças que as fazem novas, para viabilizarem a condição de ambiente facilitador, bem como os aspectos da teoria do amadurecimento que contribuem para que as novas famílias se sintam potencialmente facilitadoras do amadurecimento emocional dos indivíduos em seu seio.

Palavras-chaves: ambiente facilitador; Winnicott; famílias; homoparentalidade; teoria do amadurecimento.

Abstract: The theory of maturation, built by Winnicott, points out the importance of the facilitating environment for the development of the inherited tendencies of the individual. As we study the family in the twenty-first century, we see that the traditional family setting, although still dominant, has performed alongside other settings – recomposed families, extended families, gay families, single parents, among others – where some even that have always existed marginally fewer have the beginnings of a significant increase in this number in the future, due to the recent social and legal recognition. This conference thus aims to discuss the aspects that these new settings need to preserve itself in the midst of changes that make them new, to permit the condition of enabling environment, as well as the aspects of the theory of maturation that contribute to the new families feel potentially enabling the emotional maturity of the individuals within it.

Keywords: enabling environment; Winnicott; families; homosexual couples; theory of maturation.

A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares

A teoria do amadurecimento, construída por Winnicott, aponta a importância de um ambiente facilitador para o desenvolvimento das tendências herdadas do indivíduo. Esse ambiente, que se amplia de acordo com as necessidades do ser que acaba de chegar ao mundo, é inicialmente constituído pela mãe, apoiada pelo pai, e toma contornos mais amplos ao longo do amadurecimento.

Assim, o terreno propício para o surgimento de um ambiente facilitador, para Winnicott, estava na constituição de um casal por um homem e uma mulher suficientemente amadurecidos via relacionamento afetivo, apoiados pela família mais ampla e a comunidade da qual fazem parte. Entretanto, em razão de sua formação médica e, portanto, de um conhecimento da fisiologia humana, Winnicott não podia deixar de levar em conta também, inicialmente, a influência dos hormônios presentes na gravidez no direcionamento da mulher para o bebê em seu útero, fruto desse relacionamento. Dessa maneira, o tempo e a fisiologia da gestação, bem como a relação afetiva entre mãe e pai biológicos iriam promovendo as condições iniciais para atender ao indivíduo em seu início de vida. Segundo ele,

[...] existe este período muito útil de nove meses, ao lado do qual há tempo suficiente para que ocorra uma transformação importante na mulher, que pode então passar de um tipo de egoísmo para outro. [...] Quero enfatizar a importância desse período de preparação. (Winnicott, 1990 [1988], p. 3)

Todo esse contexto permitia a Winnicott conceber o ambiente constituído dessa forma e sem interferências de quaisquer tipos nessa constituição, o melhor ambiente para o desenvolvimento e amadurecimento emocional de um indivíduo. Contudo, ele não era cego a todos os atravessamentos que poderiam ocorrer na formação de um ser – desde o que possibilitou a sua geração até o fim de sua vida. Para o autor, o indivíduo sempre será muito sensível ao que acontece e, ao mesmo tempo – devido às suas tendências herdadas que exigem atendimento por parte do ambiente para se efetivarem –, ao que deveria ter

acontecido e deixou de acontecer para viabilizar seu amadurecimento. Por isso, Winnicott sempre nos convidou a pensar esse processo a partir do ponto de vista do bebê e, ao atendermos a esse convite, veremos que, desse ponto de vista, principalmente no início, não há razão que justifique o não atendimento de suas necessidades, uma vez que ele, em sua imaturidade não é capaz de compreendê-la. O bebê está apenas na condição de se satisfazer, no caso do atendimento adequado, ou ser marcado pela falha do ambiente em lhe satisfazer. Se as condições presentes na relação entre os pais biológicos, ou no próprio si mesmo dos pais biológicos, não permitirem a formação de um ambiente facilitador, tanto à época do seu nascimento como em momentos posteriores, outras pessoas terão que fazê-lo, caso pretendamos que esse indivíduo possa se constituir em um si mesmo integrado capaz de ver sentido na vida e fazer contribuições sociais (Winnicott, 1990 [1988]).

Essa apreensão da teoria de Winnicott nos permite compreender que, para o bebê, seria muito interessante e mais fácil que a mãe biológica, que lhe é familiar desde sua condição de feto no útero – pelo fato de desde os quatro meses de gestação já ouvir a voz da mãe e do pai, de sentir os movimentos e o ritmo do batimento cardíaco da mãe, entre outras experiências (Suassuna, 2011) –, pudesse ser a pessoa com quem ele manteria os primeiros contatos e de quem receberia os cuidados iniciais. Haveria, nesse caso, um contínuo, e não uma interrupção, ou seja, uma mudança para o que não lhe é familiar. Contudo, nem sempre as coisas podem ocorrer dessa maneira e serem salutares para o bebê.

Se acompanharmos Winnicott em toda a sua obra, veremos que o ambiente facilitador se trata, *stricto sensu*, de um conjunto de condições oferecidas e promovidas por um ser humano a um indivíduo sob os cuidados dele e que são necessárias ao processo de amadurecimento. Essas condições têm origem na capacidade de identificação, no modo de ser e de manejo desse cuidador, fazendo com que as necessidades próprias ao estágio de maturação do indivíduo sejam suficientemente satisfeitas. Referem-se à regularidade dos cuidados oferecidos e, ainda, à estabilidade, simplicidade, confiabilidade, sustentabilidade, previsibilidade, adaptabilidade, segurança e amor essenciais a esse processo.

Em sua experiência como pediatra, psicanalista e psiquiatra infantil, Winnicott se deu conta muito cedo das necessidades iniciais do bebê e da fundamental importância de um bom ambiente para o atendimento destas. Assim, no início, a mãe ou seu substituto,

ao ser esse ambiente, forma uma unidade com o bebê – o “dois-em-um” ou o contexto ambiente-indivíduo – a partir do estado de *preocupação materna primária*, no qual ela tem sua sensibilidade aumentada (Winnicott, 2000a [1956]). A princípio, esse ambiente é concebido pelo bebê de forma subjetiva e, à medida que, gradualmente, os processos de constituição do EU-SOU – integração, personalização e realização¹ – vão se desenvolvendo em razão dos cuidados oferecidos, o indivíduo se separa do ambiente e passa a se relacionar com este de forma objetiva (Winnicott, 1990 [1988]). Desse modo, o ambiente facilitador

[...] capacita o bebê a começar a existir, a ter experiências, a constituir um ego pessoal, a dominar os instintos e a defrontar-se com todas as dificuldades inerentes à vida. Tudo isso se torna real pelo bebê que se torna capaz de ter um eu, o qual, por sua vez, pode em algum momento vir até mesmo a sacrificar a espontaneidade, e até mesmo morrer. (Winnicott, 2000a [1956], p. 404)

Em seu texto “O conceito de indivíduo saudável”, Winnicott afirma estarem incluídas, na facilitação do ambiente,

[...] as funções paternas, complementando as funções da mãe, e a função da família, com sua maneira cada vez mais complexa (à medida que a criança fica mais velha) de introduzir o princípio da realidade, ao mesmo tempo que devolve a criança à criança. (1996a [1967], p. 19)

Se o ambiente não consegue ser facilitador, “o indivíduo passa a reagir à intrusão, e os processos do eu são interrompidos” (Winnicott, 2000b [1954], p. 389).

Vemos, desse modo, que, em Winnicott, pelas razões anteriormente citadas e pelo fato de esse autor ser oriundo de uma sociedade contemporânea ocidental, na qual vigora o modelo nuclear de família – “a família conjugal tradicional, constituída pelo casal e seus filhos não emancipados, e que residem em um domicílio independente” (Carvalho e

¹ Na teoria winnicottiana, a “unidade psíquica” inicial, mãe e bebê identificados, será uma pré-condição para as tarefas que o bebê terá de realizar, quais sejam: a integração no tempo e no espaço, a personalização (a psique residindo no corpo) e a relação com os objetos. Essas tarefas serão possíveis por meio do fornecimento de uma provisão básica pela mãe-ambiente, constituída pelo segurar (*holding*), pelo manejo (*handling*) e pela apresentação dos objetos (*object presenting*) da realidade externa (Winnicott, 1990 [1988]).

Almeida, 2003, p. 111) –, esse ambiente facilitador procede de uma configuração tradicional: a mãe (mulher) exercendo a função materna, o pai (homem) exercendo a função paterna, em uma família composta por pai, mãe e filhos, em uma sociedade composta por famílias com essa conformação. Entretanto, ao estudarmos a família no século XXI, vemos que a configuração familiar tradicional, embora ainda dominante, tem se apresentado ao lado de outras configurações – famílias recompostas, famílias ampliadas, famílias homoparentais, famílias monoparentais, entre outras –, em que algumas, mesmo tendo sempre existido de forma marginal em menor número, e tendo essa existência reconhecida por Winnicott, têm o prenúncio de um aumento expressivo desse número no futuro, em razão do recente reconhecimento social e jurídico dessas diferentes configurações, constituindo-se um processo seguramente irreversível.

Como poderíamos, então, pensar o futuro da psicanálise winnicottiana, se esta se fundamenta em uma teoria cuja base possui uma configuração parental e familiar tradicional, em uma época em que vários outros modelos de família surgem, questionando o modelo e o padrão estabelecidos há mais de um século? Talvez, a afirmação de Winnicott, ao estudar a situação de trauma na qual há interrupção da continuidade de ser do indivíduo, possa nos ajudar a pensar sobre isso:

[...] a família pode ser estudada não somente como uma atitude estruturada dos pais, parentes próximos e irmãos e irmãs, mas como *algo* que é em parte produzido pelas necessidades urgentes das próprias crianças, necessidades surgidas da dependência e do fato de que o processo individual de amadurecimento só se torna realizado em um meio ambiente facilitador. (Winnicott, 1994c [1965], p. 115, grifos meus).

Entendo, assim, que, para Winnicott, a família precisa ser vista como *algo* que reconhece as necessidades urgentes do indivíduo e, a partir disso, fornece as condições necessárias a essa satisfação. Somada a outras afirmações feitas com a intenção de mostrar o que é essencialmente relevante para que o amadurecimento do indivíduo se efetive – que serão citadas adiante no texto –, essa afirmação de Winnicott permite ampliar, ou pelo menos não restringir à configuração tradicional de família o exercício dos papéis parentais, cujas funções são responsáveis pelo reconhecimento das necessidades do indivíduo e pela provisão a essas.

Em relação à função materna, Winnicott afirmou que o bebê, no início, exige “a sutileza de entendimento da mãe verdadeira” (1990 [1988], p. 133), exige alguém que tenha um “interesse de mãe”. É preciso, no entanto, ressaltar, que a tendência da mulher para o exercício da função materna não é suficiente para que tudo aconteça satisfatoriamente. Winnicott (1994d [1969]) sabia que a mãe poderia não estar com saúde suficiente para entrar em um estado em que lhe fosse possível identificar-se com o bebê e, ao mesmo tempo, fornecer os cuidados necessitados por ele. Em condição semelhante, poderia ser incluída, também, a mãe que, por fatores hereditários, não tivesse potencial de elemento feminino puro suficiente para essa tarefa (cf. Winnicott, 1994b [1966]).

A convicção de Winnicott, em relação ao exercício da maternagem, era de que, para o bebê, é vital que outra pessoa possa exercê-la caso a mãe biológica esteja impossibilitada ou ausente. Em 1956, ele escreveu: a “mãe adotiva, ou qualquer mulher que possa ficar doente no sentido de apresentar uma ‘preocupação materna primária’, pode ser capaz de se adaptar suficientemente bem, por ter alguma capacidade de se identificar com o bebê” (Winnicott, 2000a [1956], p. 404). Nesse ponto, Winnicott já nos mostra que, apesar de o bebê exigir cuidados que tenham “a sutileza da mãe verdadeira”, não necessariamente esses cuidados com essa sutileza só possam ser exercidos pela mãe biológica. Para tanto, o que essa cuidadora precisa é possuir elemento feminino puro integrado suficiente para *ser e deixar que o bebê seja*, sem que este tenha “que tomar conhecimento do ambiente” (Winnicott, (1990 [1988], p. 151).

Mas a que Winnicott se refere como elemento feminino puro e integrado?

Na busca desse entendimento, encontramos em seu texto “Sobre os elementos masculinos e femininos ex-cindidos”, do final da década de 1960, uma orientação de que devemos aceitar a existência de “um elemento masculino e um elemento feminino tanto em meninos e homens, como em meninas e mulheres” (Winnicott, 1994b [1966], p. 139), frisando que esses elementos nada têm a ver com o sexo biológico desses indivíduos. Em suas palavras,

[...] na saúde, há uma quantidade variável de elemento menina em uma menina, ou um menino [...] de maneira que facilmente seria possível encontrar um menino com um elemento de menina mais forte do que a menina parada ao lado dele, a qual pode possuir menos potencial de elemento feminino puro. (Winnicott, 1994b [1966], p. 142)

Torna-se importante destacar, que a teoria dos elementos feminino puro e masculino puro, não pode ser considerada uma teoria que mantém os combatidos binarismos natureza-cultura e sexo-gênero em nosso tempo contemporâneo. Os debates que têm sido estabelecidos, criticando o determinismo biológico, as diferenças genéticas entre meninos e meninas de capacidade matemática, a dominância masculina na organização da pesquisa científica, as diferenças sexuais na organização dos neurônios, os usos padronizados sexistas na linguagem, entre outros (Haraway, 2004), não podem abarcar a referida teoria winnicottiana, uma vez que esta não trata de algo próprio a um grupo e impróprio a outro. Esses elementos são comuns a todo e qualquer grupo que se possa constituir, em uma variação de grau não específica e de antemão não determinada.

Assim, um outro ponto, por exemplo, a ser destacado em relação a esses elementos é que não se pode associar atividade ao elemento masculino e passividade ao elemento feminino. Ambos, relacionamentos ativo e passivo, são atitudes respaldadas pelo instinto e Winnicott não conseguia ver pulsão instintual nas relações de elemento feminino puro, apenas sentido de SER – puro sentido de identidade. Ele escreveu:

Isto me fez ver que os termos “ativo” e “passivo” não têm validade nesta área. Ativo e passivo são duas facetas da mesma coisa em termos de algum outro tipo de consideração que vai mais fundo e que é primitiva. Numa tentativa de formular isto, encontrei-me na posição de comparar *ser* com *fazer*. No extremo dessa comparação, descobri-me examinando um conflito essencial dos seres humanos, um conflito que já deve ser operante em data muito inicial, o conflito entre ser o objeto que tem também a propriedade de ser e, por contraste, uma confrontação com o objeto que envolve uma atividade e um relacionamento objetal respaldados pelo instinto ou pulsão. (Winnicott, 1994b [1966], p. 149)

Dessa maneira, ao definir o elemento feminino puro como a capacidade de identificação, que possibilita alguém – seja homem ou mulher – *ser e deixar ser*, Winnicott o contrasta com o elemento masculino puro, a princípio pelo momento em que este deve se manifestar. Diferentemente do elemento feminino puro, que já deveria estar presente desde o início, o elemento masculino puro teria que ter como pressuposto, para manifestar-se, que o bebê conseguisse alcançar um grau de amadurecimento tal que lhe permitisse se sentir um Eu separado do Não-Eu (1994b [1966], p. 140). A relação do

elemento masculino puro com o objeto teria por base os impulsos instintuais e a necessidade que o bebê tem de FAZER. Assim, a elaboração imaginativa, ou funcionamento psíquico integrador, possibilitada pela capacidade de SER, que, por sua vez, é desenvolvida pelo apoio do elemento feminino puro integrado próprio ao membro parental que exerce o papel materno, deve ser seguida pelo FAZER, possibilitado pelo elemento masculino puro integrado próprio a quem exerce o papel paterno, e que, na teoria winnicottiana da sexualidade, consiste na “execução de ações que resultam na satisfação instintual, e asseguram a manutenção no contexto das relações interpessoais – e não apenas as fantasias sexuais” (Loparic, 2005, p. 335). Uma razão pela qual essa teoria não pode ser compreendida como uma teoria que mantém e perpetua um binarismo natureza-cultura ou sexo-gênero, é que, por exemplo, ela possibilita que o exercício dos papéis parentais materno e paterno independa de quem os exerce seja do sexo feminino ou masculino.

Talvez, a cultura da época tenha feito Winnicott nomear esses elementos da forma como o fez. Contudo, se detivermos a atenção ao seu texto, percebemos um autor com uma intuição clínica apurada e um pensamento muito além do que se poderia aceitar em seu tempo. Esses elementos poderiam facilmente ter recebido as denominações “elemento identidade puro” e “elemento instintualidade puro”, que poderiam ser mais fiéis ao que ele estava tentando comunicar e, com certeza, menos infeliz e criticável nos dias atuais.

Dando continuidade à tentativa de compreender melhor esses elementos, torna-se importante recordar três proposições do texto winnicottiano no tocante aos fatores hereditários que os constituem. A primeira, já citada anteriormente, diz: “Em nossa teoria, é necessário aceitar-se a existência de um elemento masculino e um elemento feminino, tanto em meninos e homens, como em meninas e mulheres” (Winnicott, 1994b [1966], p. 139). A segunda se refere à quantidade variável desses elementos em uma menina, ou menino, sobre a qual ele disse: “Elementos de fator hereditário também ingressam nisso” (Winnicott, 1994b [1966], p. 142). A terceira e última, trata da proposta de Winnicott de ser possível que a experiência de “fracasso atormentador do seio como algo que *É*” produza uma criança “cujo *self* ‘feminino puro’ é invejoso do seio” (Winnicott, 1994b [1966], p. 141).

Na teoria winnicottiana, não cabe falar em inveja primária como teorizada por Melanie Klein, uma vez que, para Winnicott (1994e [1959]), a inveja só surge se houver fracasso do ambiente (mãe/seio) – papel materno –, na satisfação das necessidades do

bebê e, portanto, no desenvolvimento do potencial de elemento feminino puro (elemento identidade puro), que permite ao bebê ser. Se não houver esse fracasso, não há produção de um si mesmo invejoso. Isso indica, portanto, a existência de um potencial hereditário de elemento feminino puro (elemento identidade puro) no bebê, pois só a partir dessa existência se pode pensar em desenvolvimento, bloqueio ou distorção pelo modo como é cuidado. Contudo, apesar de Winnicott se referir a fatores hereditários, o hereditário para ele nem sempre estava relacionado ao biológico, como no tocante à “experiência de *ser*”, que é “o que é passado de uma geração para outra, por via do elemento feminino de homens e mulheres e dos bebês do sexo masculino e feminino” (Winnicott, 1994b [1966], p. 140).

Em outro texto, ao discutir a função da mãe como espelho, Winnicott afirmou que, a mãe, os pais e a família não podem ser utilizados pelo bebê como espelho, “a menos que exista este princípio de *permissividade de ser*, seja o que for que ele ou ela são, aceitos de modo completo, sem avaliação ou pressão para mudar” (Winnicott, 1994a [s/d], p. 377, grifos meus). Nesse sentido, podemos entender que o que é fundamental para essa utilização é a presença desse princípio. Portanto, uma mãe adotiva, ou uma avó ou tia, ou a cuidadora de uma instituição, ou um homem, que exerça a função materna, que tenha esse princípio, pode ser um ambiente facilitador para o bebê e, depois, para a criança e para o adolescente que esse bebê venha a se tornar. Se podemos entender bem o que Winnicott nos legou, a maternidade biológica ou a configuração familiar tradicional simplesmente não garantem nada disso.

Outra questão importante é que Winnicott não excluiu o pai quando se referiu à mãe, ou seja, não excluiu o papel paterno quando se referiu ao papel materno, pois, no estágio inicial de dependência absoluta do bebê, ou o pai se encontra sustentando a mãe, ou o que interessa é o aspecto materno do pai (1990 [1988]), ou melhor, o seu potencial de elemento feminino puro (elemento identidade puro). Este último, nos casos em que a mãe tem muitos filhos, adoece, sai para trabalhar, ou mesmo, morre, pode ser um bom substituto materno. Nesses casos, ele se torna uma duplicação da figura materna, evitando que a continuidade de ser do bebê sofra uma interrupção. Mais tarde, o pai irá entrar na vida do bebê como “o aspecto da mãe que é duro, severo, implacável, intransigente, indestrutível, e que, em circunstâncias favoráveis, vai gradualmente se tornando aquele homem que se transforma num ser humano, alguém que pode ser temido, odiado, respeitado” (Winnicott, 1996b [1966], pp. 103-104).

Desse modo, o que se revela essencial na teoria winnicottiana e o que permite pensar a possibilidade de constituição de um ambiente facilitador em outras configurações familiares que não somente na tradicional, é a capacidade de exercer funções – quer seja homem ou mulher e em qualquer papel social –, que atendam as necessidades do indivíduo em processo de amadurecimento. Para tanto, sua teoria sobre os elementos feminino e masculino puros (elementos identidade e instintualidade puros) presentes em cada um de nós traz subsídios essenciais.

A configuração homoparental, por exemplo, não pode ser um problema em si para a constituição de um si mesmo integrado e amadurecido de um indivíduo, já que esse processo é basicamente dependente dos potenciais de elemento feminino puro (elemento identidade puro) e masculino puro (elemento instintualidade puro) desenvolvidos e integrados, e das características de confiabilidade e capacidade de sustentação e manejo, que os membros dessa configuração possam apresentar. Vale lembrar, mais uma vez, que esses potenciais nada têm a ver com o gênero ou o sexo da pessoa, o que faz ruir a imprescindibilidade da configuração tradicional.

De acordo com Roudinesco (2003), as primeiras experiências de parentalidade realizadas por pessoas homossexuais nos Estados Unidos, com o intuito de provar que estas poderiam criar uma criança da mesma forma que as pessoas heterossexuais, foram desastrosas. Não pela homossexualidade em si, mas porque esta era camuflada. De fato, nada de saudável poderia surgir de um falso contexto. Assim, os conflitos oriundos desse falseamento pareciam indicar o verdadeiro problema.

Além disso, para Winnicott, uma das necessidades iniciais do bebê para o seu desenvolvimento é a monotonia e a continuidade do cuidado: “a simplicidade e a constância da técnica podem ser dadas apenas por uma pessoa que esteja agindo *naturalmente*” (Winnicott, 1990 [1988], p. 132, grifos meus). Assim, pensar em situações como as referidas por Roudinesco, em que “duas mães, das quais uma desempenharia o papel de pai, ou dois pais dos quais um se *disfarçaria* de mãe” (Roudinesco, 2003, p. 198, grifos meus), jamais poderia atender às necessidades de um bebê. Ser cuidado por mais de uma pessoa, cujos modos de cuidar sejam artificiais, vai exigir muito mais do bebê. O cuidado específico de uma única pessoa com “interesse de mãe”, já traz em si a variabilidade que o bebê consegue lidar no início da vida.

De acordo com Winnicott (1994b[1966]), o SER, para o qual o elemento feminino puro (elemento identidade puro) leva o bebê, é básico para que este conquiste

posteriormente a autodescoberta, o senso de existir, a capacidade de desenvolver um interior, ser capaz de utilizar os mecanismos de projeção e introjeção e se relacionar com o mundo em termos desses mecanismos, relação que já indicaria a mistura dos elementos feminino e masculino. Desse modo, ser uma pessoa capaz de fornecer suficientemente bem o elemento feminino, ou seja, ser uma pessoa com suficiente potencial de elemento feminino puro (elemento identidade puro) integrado capaz de favorecer que o bebê possa desenvolver o seu próprio potencial de elemento feminino puro (elemento identidade puro) é uma questão bastante sutil de manejo. Para Winnicott,

Ou a mãe tem um seio que *é*, de maneira que o bebê também possa *ser*, quando bebê e mãe ainda não se acham separados na mente rudimentar daquele, ou então a mãe é incapaz de efetuar esta contribuição, caso em que o bebê tem de desenvolver-se sem a capacidade de ser ou com uma capacidade prejudicada de ser. (Winnicott, 1994b [1966], p. 141)

Winnicott permite aos analistas compreender que, muitas vezes, estes têm que lidar, na clínica, com pessoas que, quando bebês, tiveram de se safar de uma identidade com um seio de elemento masculino, ativo, e que não foi satisfatório para uma identidade inicial que necessitava de um seio que *é*, e não de um seio que *faz*. Segundo Winnicott (1994b[1966]), “ao invés de ‘ser como’, este bebê tem que ‘fazer como’, ou deixar que lhe seja feito, o que, desse nosso ponto de vista aqui, constitui a mesma coisa”, ou seja, “fazer como” ou “deixar que lhe seja feito” evidencia, nesses casos, a presença de elemento masculino puro (elemento instintualidade puro) extemporaneamente (Winnicott, 1994b [1966], p. 141).

Nos tempos atuais, qualquer que seja a nova configuração familiar que se estabeleça – monoparental, homoparental, recomposta, ampliada, entre outras –, em relação a elas parece ser mais provável haver um reconhecimento e legitimação no direito e na política social do que no interior de cada indivíduo, dentro ou fora de cada uma dessas configurações. Em outras palavras, o sentimento de que algo está errado em algum lugar parece permanecer dentro de cada um e a acusação e culpa decorrentes parecem ser o verdadeiro fator de inúmeros insucessos.

Se tomarmos a proposição de cultura feita por Winnicott (1975 [1967], p. 138), como “tradição herdada”, como um fundo comum da humanidade para o qual indivíduos e grupos de pessoas podem contribuir e do qual podem tirar o que querem ou precisam,

se têm um lugar para colocar o que encontram, pode ser que compreendamos um pouco melhor a origem dessa acusação e culpa. O sentimento de estar retirando algo e de não estar tendo um lugar para colocar esse algo, ou de não estar colocando como espera a tradição, pode ser prevalente. Descolar o papel paterno da figura do homem, ou do pai biológico, bem como o papel materno da figura da mulher, ou da mãe biológica, parece ser algo ainda envolto em acusação e culpa e distante de um desfecho sem grande sofrimento. É algo que ainda requer amadurecimento pessoal e social. Para Winnicott (1980 [1957]), a constituição da família e a contribuição que os pais possam dar para a família dependem muito de como eles se sentem e se relacionam no meio social em que vivem. Se as satisfações sexuais desses pais pertencem a relacionamentos que são aceitos pessoal e socialmente, “elas representam o máximo da saúde mental” (Winnicott, 1980 [1957], p. 57). Caso contrário, as dificuldades são previsíveis.

Desse modo, pode ser que esteja no oferecimento de um *setting* para elaboração de tudo isso, a grande contribuição que a clínica winnicottiana possa oferecer tanto no presente quanto no futuro, em razão de sua fundamentação básica: a teoria do amadurecimento pessoal. Esta pressupõe a presença de um ambiente facilitador das tendências hereditárias do indivíduo para a integração, a partir do exercício de funções parentais, que, acredito devem ser vistas independentemente da configuração familiar estabelecida, uma vez que o que se torna essencial é o grau de amadurecimento no exercício dessas funções.

Na teoria de Winnicott, a paternidade e a maternidade não são dadas, postuladas ou impostas ao homem e à mulher, e muito menos falseadas. As funções materna e paterna são desenvolvidas, de forma gradual, na relação com os filhos e com o favorecimento de certas condições ao seu redor pelo grupo social mais amplo. Para isso, o que se torna imprescindível é existir, nesse contexto, uma pessoa muita *viva e real*, com potenciais de elementos feminino e masculino puros (elementos identidade e instintualidade puros) desenvolvidos e que possam ser expressos, para que haja efetivamente um pai ou uma mãe. A relação da criança com os pais *vivos e reais* é que permite que outros objetos possam fazer as vezes deles, quando de sua falta. Desse modo, para Winnicott, os pais com quem as crianças se relacionam e dos quais elas podem fazer uso, não são símbolos. Eles serão exatamente o que outros objetos poderão simbolizar. Assim, qualquer nova configuração familiar não pode se constituir como símbolo, ou ser considerada símbolo de família; ela precisa ser efetivamente família, no seio da qual alguém poderá vir a SER.

Referências

- Carvalho, I. M. M. & Almeida, P. H. (2003). “Família e proteção social”. *São Paulo Perspec*, v. 17, n. 2, pp. 109-122.
- Haraway, D. (2004). “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma Palavra”. *Cadernos Pagu*, n. 22, pp. 201-246.
- Loparic, Z. (2005). “Elementos da teoria winnicottiana da sexualidade”. *Natureza humana*, 7(2), pp. 311-358.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Suassuna, A. M. V. (2011). *De feto a herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações e o psiquismo fetal*. Curitiba: Honoris Causa.
- Winnicott, D. W. (2000a). “A preocupação materna primária”. In D. W. Winnicott (2000/1958a), *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1956.)
- Winnicott, D. W. (2000b). “Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão dentro do setting psicanalítico”. In D. W. Winnicott (2000/1958a), *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1954.)
- Winnicott, D. W. (1996a). “O conceito de indivíduo saudável”. In D. W. Winnicott 1996 (1986b). *Tudo começa em casa*. (pp. 17-30). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1971f [1967].)
- Winnicott, D. W. (1996b). “A criança no grupo familiar”. In D. W. Winnicott (1986b). *Tudo começa em casa*. (pp. 17-30). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1986d [1966].)

Winnicott, D. W. (1994a). Virginia Axline: um conceito sobre Play Therapy. In C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis (Orgs.) (1989a/1994), *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott* (pp. 375-377). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em meados da década de 1960.)

Winnicott, D. W. (1994b). “Sobre os elementos masculinos e femininos ex-cindidos [split-off]”. In C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis (Orgs.) (1989a/1994), *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott* (pp. 133-150). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1966.)

Winnicott, D. W. (1994c). “O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família”. In C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis (Orgs.) (1989a/1994), *Explorações psicanalíticas: D.W. Winnicott* (pp. 102-115). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1965.)

Winnicott, D. W. (1994d). “A experiência mãe-bebê de mutualidade”. In C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis (Orgs.) (1989a/1994), *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott* (pp. 195-202). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1970b[1969].)

Winnicott, D. W. (1994e). “Melanie Klein: sobre o seu conceito de inveja”. In C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis (Orgs.) (1989a/1994), *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott* (pp. 195-202). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1959.)

Winnicott, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1988).

Winnicott, D. W. (1980). “Fatores de integração e ruptura na vida familiar”. In D. W. Winnicott (1980/1961b[1957]), *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. (pp. 55-65). Belo Horizonte: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1957.)

Winnicott, D. W. (1975). “A localização da experiência cultural”. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. (pp. 133- 144). Rio de Janeiro, Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1967b.)